

**DESAFIO DA INCLUSÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA
ESCOLA ESTADUAL PROF^a SANTINA FILIZOLA, MAUÉS/AM (2023)**

*Elcicley de Almeida Medeiros*¹
*Maria de Jesus do Carmo de Araújo*²

RESUMO: Neste relato de experiência destacamos a importância da inclusão de alunos com deficiência no ensino de História, situação encontrada na Escola Estadual Professora Santana Filizola no estágio I, 2023, onde identificamos uma lacuna significativa nas estratégias pedagógicas e a necessidade de formação docente em várias circunstâncias. Um dos principais objetivos deste trabalho é reconhecer e valorizar a inclusão para a construção de um ambiente educativo que atenda os alunos de maneira igualitária. As observações realizadas durante o estágio I revelaram uma realidade preocupante: muitos alunos com deficiência estavam sendo marginalizados, devido ao excesso de alunos por sala, que impedia a atenção individual necessária para o aprendizado. As obras revisadas enfatizam a importância de práticas inclusivas e o papel da cidadania no processo educativo, reiterando que é imprescindível uma pedagogia abrangente que contemple todos os estudantes, respeitando suas singularidades e potencialidades. As observações diretas e análise documental, proporcionou uma compreensão mais rica das práticas pedagógicas e da realidade vivenciada na escola. Por fim, a inclusão é um princípio fundamental a igualdade e a cidadania no ambiente escolar, sublinhando a necessidade urgente de formação contínua dos professores e o desenvolvimento de estratégias inovadoras que viabilizem uma educação inclusiva e qualidade.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Ensino de História. Educação Inclusiva. Maués/AM.

1. Introdução

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, onde o desafio para a inclusão no ambiente do aprendizado na matéria de História no ensino fundamental na Escola Estadual Professora Santana Filizola é pesquisado. Esse é um tema que vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões contemporâneas sobre educação, uma vez que a diversidade é uma característica intrínseca das salas de aula, tem como foco específico o desafio de implementar práticas inclusivas no ensino de História, assim partiu a ideia da referida pesquisa e tendo como cenário a escola citada onde

¹ **Elcicley de Almeida Medeiros** é Graduando do curso de História, pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. *E-mail:* elcicley@hotmail.com

² **Maria de Jesus do Carmo de Araújo** é Mestra em História, pela Universidade Federal do Amazonas. Seduc/ Am e professora mediadora no NESMAU. *E-mail:* maria.carmojs@gmail.com

propusemos a investigar o comportamento desses alunos com deficiência no componente curricular para a formação crítica e cidadã dos estudantes em relação ao estudo e aprendizado na disciplina de História.

A partir de uma revisão bibliográfica e da análise das práticas pedagógicas observadas durante o estágio, buscamos compreender a importância dessa realidade, bem como a necessidade de capacitação dos professores para lidar com as diferentes demandas dos alunos. Além disso, serão discutidos os efeitos da inclusão e da exclusão no processo de aprendizagem, levando em consideração as limitações enfrentadas pelos docentes em contextos com turmas superlotadas. Enfatizando a necessidade de um ensino que valorize e respeite as especificidades de cada aluno, esta pesquisa visa contribuir para a construção de um ambiente educacional mais justo e plural, em que todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolver e exercer sua cidadania de forma plena e aperfeiçoar os conhecimentos históricos.

É importante que os padrões de educação inclusiva sejam regularmente revisados e modificados com a contribuição da comunidade escolar, incluindo alunos, pais e professores. A construção da educação, que inclui qualidade e equidade, não é apenas uma atividade de produção, mas também uma contribuição para o futuro de todas as crianças e jovens. Desta forma, contribuiremos para uma sociedade igualitária, onde todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver a partir do processo de ensino-aprendizado em História.

2. O Ensino de História e a Inclusão

O estágio 1 supervisionado que foi realizado na Escola Estadual Professora Santana Filizola na disciplina de História sobre a tutela da Professora Karem Marinho nas turmas de 8º e 9º ano do ensino fundamental, neste período foi observado que havia uma média de 35 a 40 alunos por classe, constatamos assim, que os alunos com deficiência eram deixados a margem no ensino de História na referida escola, por conta da superlotação da sala.

No entanto, a inclusão de dois alunos com situação especial foi identificada e tornou-se o objetivo principal desta pesquisa de campo, visando promover uma educação mais inclusiva e atenta às necessidades de todos os estudantes. Havia um

cuidado da professora em que todos participassem das aulas de História fazendo perguntas direcionadas aos estudantes, que por alguns momentos eram participativos. Notamos também um aluno que não direcionava sua atenção com o olhar para a explicação, ele olhava para a parede, mais os seus ouvidos estavam atentos a todo o conteúdo o qual a professora explicava, pois em dado momento esse discente expressou a sua opinião em alto e bom tom de voz para que ele fosse entendido em sua explanação. O mesmo tinha TDAH, não encarava as pessoas, mas era um bom ouvinte, um detalhe a parte, porém não o impedia de ser participativo nas aulas de História.

Para entender quem são as crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais, trazemos a definição da própria Declaração de Salamanca, que explica que:

O termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização (1994, p. 3).

Diante disso iniciei uma reflexão, pois chamou a atenção o comportamento daquele aluno, embora estivesse quieto em seu canto, mas ele estava participando do seu modo da aula em exposição, notamos que essas perspectivas vem para justificar por que as pessoas especiais têm uma compreensão diferenciada ao assunto das aulas de História? Essa indagação de porque de que todas as pessoas têm igual direito à educação, mais na prática, ainda há o preconceito com as pessoas especiais. Pois a escola tinha uma deficiência de professores de apoio em relação ao ensino de História, diante disso procuramos ser participativo com a orientação da docente para impulsionar o aprendizado usando o método entre pares, ou seja, um colega ler o texto para o outro, dessa forma todos participavam das aulas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos³ também defende que todo homem tem direito à vida. Todo homem tem direito à educação. A instrução será gratuita, pelos menos nos graus elementares e fundamentais. E, a instrução elementar será obrigatória (ONU, 1948).

³ Conferir em: www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Existe uma proposta de lei que estipula o número mínimo de alunos para uma classe de aula para o ensino fundamental, essa média é em torno de no mínimo 25 e no máximo 35 alunos em sala de aula para o ensino fundamental é médio. Conforme pesquisa, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados passou por votação o Projeto de Lei 4731/12⁴, do Senado, que fixa em 25 o máximo de alunos na pré-escola e nos dois primeiros anos do ensino fundamental e em 35 nos demais anos do ensino fundamental e no ensino médio, assim:

Excesso de alunos por turma impede o adequado atendimento aos alunos e a boa aplicação de modernas metodologias e dinâmicas diversificadas de ensino, além de dificultar o chamado manejo de classe por parte do(a) professor(a), gerando indesejável desgaste no exercício profissional (Agência Câmara de Notícias, 2024).

Então, turmas menores permitem que os professores atendam melhor às necessidades de cada estudante. Isso é importante para o ensino de história, onde os alunos têm diferentes velocidades de aprendizado e interesses.

Uma abordagem mais personalizada facilita a compreensão de eventos passados e seu impacto social. Em aulas com menos alunos, pode haver mais tempo e espaço para discussão e debate. Isso é muito importante no campo da história, onde a interpretação dos eventos, do contexto social e cultural é importante para uma compreensão abrangente dos fatos. As histórias incluem várias perspectivas e experiências. Em turmas pequenas, os professores, podemos incentivar a participação de todos os estudantes e criar um ambiente onde diversas vozes e experiências sejam ouvidas, o que é importante para a construção do pensamento crítico. Assim, com menos discentes podemos ter um ambiente mais neutro e mais propício para a aprendizagem.

A construção da confiança e da empatia é fundamental para o sucesso educacional dos discentes com necessidades educacionais especiais. Adaptar o ambiente e fornece o suporte adequado ajuda esses educandos a se sentirem incluídos e valorizados, permitindo que eles atinjam seu pleno potencial. Uma abordagem centrada no sujeito, que leva em consideração suas necessidades e capacidades únicas, faz uma enorme diferença, ensinar história não é aprender história, mas desenvolver empatia e consciência crítica e participativa.

⁴ Conferir em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1096537-projeto-fixa-numero-maximo-de-alunos-por-turma-para-escolas-e-creches/>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

As turmas pequenas permitem que os alunos contem suas próprias histórias e construam uma compreensão mais profunda das questões de inclusão, diversidade e justiça social. Compreendemos que colocando eventos passados e discutir suas implicações sociais a fim de preparar os discentes para participar e pensar humanamente faz toda diferença no processo de ensino-aprendizado. Ter um ambiente de aprendizagem que apoie a inclusão pode incentivá-los a defender mudanças sociais positivas. Em suma, limitar o número de estudantes por turma aumenta a oportunidade de aprender história, e todos os discentes têm a oportunidade de participar do aprendizado e se conectar com o passado de maneiras significativas.

Para garantia concreta direito a educação no Brasil, trazemos o que estabelece na Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 205 que:

Toda cidadã e cidadão brasileiro, o direito à educação, independente de sua raça, credo, gênero ou condição social. Sendo assim, para que a Educação, enquanto direito constitucional seja acessível a todas e a todos os brasileiros, é fundamental que a diversidade de experiências, realidades, habilidades e saberes entre os sujeitos aprendentes sejam considerados, por meio de práticas educacionais marcadas pela inclusão ou por uma educação inclusiva (BRASIL, 1988).

Entendemos assim que a partir da CF o debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil se fortalece, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares (ou seja, as que misturam alunos com e sem deficiência), esse ponto tem sido um campo de intenso debate nos últimos anos, nesse contexto a Educação Inclusiva (PNEEPEI), que é de 2008 está dialogando sobre este contexto. O texto proposto enfrenta forte oposição de alguns grupos de educadores que tratam do assunto, para que a nova redação não seja aprovada, pois voltaria a estimular a volta da separação das pessoas com deficiência indo na contramão da perspectiva social – que aponta para a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos com e sem deficiência.

Para alinhar com o que já foi exposto com relação a educação cidadã, trouxemos os princípios norteadores da Escola Estadual Professora Santana Filizola que cita em seu Projeto Político Pedagógico que:

Ser cidadão é, entre outras coisas, agir com respeito resgatando valores como a responsabilidade, a solidariedade, a autonomia e flexibilidade, a inovação e a união visando a integração do educando e

ao desenvolvimento de sua capacidade e habilidade formando cidadãos para um exercício futuro (PPP, 2022, p.13).

Entendemos desta forma que há leis e diretrizes a serem seguidas, porém existe um caminho ainda a ser percorrido entre a teoria e a efetivação do cumprimento dessas normas, para que de fato haja a prática inclusiva dentro do ambiente escolar, precisamos de dedicação, quantitativo mínimo de alunos por sala e qualificação para aqueles que se interessam pela temática e assim possam ajudar nesse processo de ensino-aprendizado.

2.1 - Os Principais Desafios para a Inclusão no Ensino de História

A inclusão no ensino de História é um tema que vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões educacionais contemporâneas. A educação inclusiva busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, econômicas ou cognitivas, tenham acesso a um aprendizado de qualidade que respeite suas particularidades e promova seu desenvolvimento integral. No entanto, o ensino de História enfrenta diversos desafios que dificultam a efetivação dessa inclusão, entre os quais se destacam a formação de professores, a resistência a novos métodos pedagógicos, a diversificação dos conteúdos e a construção de um ambiente escolar que realmente inclua a pluralidade cultural.

O ponto de partida deste movimento está nos homens mesmo. Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, movimento parte das relações homens e mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu aqui e no seu agora que constitui a situação em que se encontra hora imersos, hora emersos, hora insertados (FREIRE, 1987, p. 42).

A partir da citação acima, entendemos que um dos principais desafios para a inclusão no ensino de História é a formação dos professores. Muitos educadores atuam sem o devido preparo para lidar com a diversidade que caracteriza a sala de aula contemporânea. A formação inicial, muitas vezes, não aborda estratégias de ensino inclusivas, resultando em profissionais que se sentem inseguros ou despreparados para atender alunos com necessidades especiais, deficiência ou diferentes contextos socioculturais. Portanto, investir na formação continuada dos professores é fundamental. Programas de capacitação que ofereçam ferramentas e metodologias inclusivas podem fazer a diferença, permitindo que os educadores se sintam mais confiantes e aptos a trabalhar com todos os alunos.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

A resistência a novas metodologias de ensino também se apresenta como um obstáculo significativo para a inclusão no ensino de História. Tradicionalmente, o ensino desta disciplina tem sido marcado pela transmissão de conteúdos de forma linear e, muitas vezes, considerada monótona, na qual os alunos tornam-se meros receptores da informação.

Essa abordagem não considera as diferentes formas de aprendizagem e as realidades dos alunos. Para enfrentar esse desafio, é essencial que as escolas adotem metodologias ativas, que promovam o protagonismo dos estudantes e incluam práticas como a pesquisa, o trabalho em grupo, e o uso de recursos audiovisuais e tecnológicos. Essas metodologias favorecem um ambiente mais inclusivo e proporcionam um maior engajamento dos alunos no processo educativo.

Um aspecto crucial a ser considerado é a variedade de temas tratados no ensino de História. O currículo escolar, muitas vezes, é centrado em narrativas hegemônicas que privilegiam determinados grupos sociais, culturais e étnicos, em detrimento de outros. Essa abordagem pode acentuar a marginalização de identidades e histórias que não estão representadas nas aulas. É crucial que o ensino de História inclua uma variedade de perspectivas, como a história de grupos étnicos minoritários, indígenas e mulheres, bem como os impactos da colonização e as lutas sociais contemporâneas. A inclusão de diferentes vozes e relatos históricos contribui para uma compreensão mais ampla e crítica do passado, permitindo que todos os alunos se reconheçam nas histórias contadas e valorizem a pluralidade da sociedade.

Devemos mudar as estratégias de ensino dentro do espaço escolar, fazendo com que o aluno se torne um sujeito crítico, passando a ser conhecedor da história local e assim tomando o cotidiano escolar como um lugar interativo entre discente e docente, FREIRE ressalta, “O tempo que levamos dizendo que para haver alegria na escola é preciso primeiro mudar radicalmente o mundo é o tempo que perdemos para começar a inventar e a viver a alegria” (1993, p. 10).

Além disso, a construção de um ambiente escolar que estimule a inclusão e a diversidade é essencial para garantir a efetividade da inclusão no ensino de História. Isso envolve não apenas a adequação física das escolas para atender alunos com deficiência, mas também a promoção de um clima escolar acolhedor e respeitoso. A comunidade escolar precisa estar empenhada em construir uma cultura de respeito e

valorização da diversidade. Atividades que promovam a convivência e o diálogo entre os alunos, assim como a formação de grupos de estudantes que trabalhem em conjunto em projetos, podem ser instrumentos eficazes para a inclusão e a convivência harmônica.

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 2002, p. 58).

Observamos que Paulo mostra que a inclusão no ensino de História não é problema, o preconceito do desafio se torna uma realidade efetiva, é necessário o comprometimento dos gestores educacionais, dos professores e da sociedade como um todo. A promoção de políticas públicas que visem a formação contínua de educadores, a adequação dos currículos e a valorização das múltiplas narrativas históricas são passos fundamentais rumo a uma educação que reconheça e celebre a diversidade.

Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (no caso as pessoas com deficiência), e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem acompanhar as suas turmas escolares! (MANTOAN, 2003 p. 27).

Veja que Mantoan toca na questão da exclusão e diz que o momento não é de restringir essas pessoas, pois é um direito de todos e deve ser uma prioridade nas salas de aula, especialmente na disciplina de História, que possui o potencial de promover a conscientização crítica e a cidadania. Portanto, enfrentar os desafios da inclusão no ensino de História é, na verdade, uma oportunidade de construir uma educação mais justa, equitativa e representativa, capaz de formar indivíduos mais conscientes e respeitosos com a pluralidade que caracteriza a sociedade, como nos orienta a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006⁵ da qual o Brasil é signatário, estabelece que os estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que

⁵ Conferir em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir o Art. 24:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem

Mediante a essa observação foi necessário realizar uma pesquisa através de análises bibliográficas referente ao termo estudado a fim de se fazer uma reflexão sobre: o desafio da inclusão dentro do ensino de História, trata-se da valorização desses discentes dentro do ensino, pois quando se tem um olhar diferenciado para essas crianças, há mais aprendizado dentro dos conteúdos e socialização desses sujeitos. "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p.4). No entanto, devemos tratar todos os discentes com igualdade e assim estamos contribuindo com uma cidadania igualitária entre todos.

O desafio de inclusão no ensino de História é um tema complexo e multifacetado, que envolve diversas questões pedagógicas, sociais e culturais. A inclusão, no contexto educacional, busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais, étnicas, físicas ou cognitivas, tenham acesso a um ensino de qualidade que respeite e valorize suas identidades e experiências.

Portanto, esse trabalho contribuirá para os atuais em futuros professores de história, entendendo assim que se faz necessário buscar meios para incluir os alunos com deficiência dentro do ensino de história para que esses sujeitos estejam preparados para atuarem dentro da sociedade através da igualdade entre todos.

2.2 – Proposta para a Inclusão no Ensino de História no nível fundamental:

Precisamos desenvolver meios que interagem o envolvimento do aluno com as perspectivas do ensino de História, despertando a sua curiosidade para o aprendizado e assim usando os eventos históricos como forma lúdica que incentive o debate, a

pesquisa e a troca de experiências entre os alunos, permitindo que todos se expressem e compartilhem suas vivências.

Interagir com eles e estabelecer o contato para pesquisar sobre as comunidades locais e grupos culturais para enriquecer o aprendizado, trazendo a história viva e as vozes de diferentes grupos para a sala de aula, pois acho importante que a historicidade não seja esquecida e assim nos traga o interesse de colocar esse aluno em contato com aquilo que o rodeia, pois o ensino interativo e elaborar rodas de conversas, sarau e até mesmo, se possível um teatro interativo.

A inclusão no ensino de História não é apenas uma obrigação legal, mas uma oportunidade de enriquecer o conhecimento histórico, promovendo uma sociedade mais justa, equitativa e consciente de sua pluralidade.

O desafio de inclusão no ensino de História é um tema complexo e multifacetado, que envolve diversas questões pedagógicas, sociais e culturais. A inclusão, no contexto educacional, busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais, étnicas, físicas ou cognitivas, tenham acesso a um ensino de qualidade que respeite e valorize suas identidades e experiências.

Como Professores, necessitamos tanto do conhecimento que adquirimos em razão do exercício da prática docente como das diversas teorias pedagógicas que dão suporte ao nosso trabalho. Torna-se pungente nessa articulação o diálogo entre a teoria e a prática, respaldando e orientando o ofício do educador (CUNHA, 2014, p. 49).

3. Como ajudar na inclusão? O que fazer então?

Ao observamos a inclusão no ambiente escolar, especialmente na disciplina de História, é um desafio vital para a formação de uma sociedade mais justa e diversificada. A observação vira pesquisa e destaca a importância de considerar as necessidades de todos os estudantes, particularmente aqueles com deficiência, e sugere que a formação docente e a adaptação dos currículos são fundamentais para enfrentar essas questões.

A inclusão no ensino de História deve ser um objetivo coletivo, visando um ambiente mais justo e equitativo. O nosso trabalho como educador, é abordar esses

tópicos para contribuirmos com um entendimento mais profundo sobre a importância da formação docente, da adequação de práticas e da criação de um ambiente escolar que realmente respeite e valorize a diversidade. O diálogo constante entre teoria e prática, como ressaltado por Cunha (2014), é fundamental para que nos educadores estejamos preparados para atender às demandas da inclusão, implementando as estratégias que beneficiem todos os alunos em suas jornadas de aprendizado.

A nossa proposta para a escola inclusiva e termos um aprendizado melhor em relação a história é utilizar materiais lúdico como: brinquedos, canetas, utilizar figuras com cores vibrantes fortes para sim, escrever e ilustrar a história para a História como exemplo: Vamos falar sobre a chuvas de meteoros que caiu na terra no época dos dinossauros, então, para ilustrar esse aprendizado, vamos usar brinquedos que para crianças possam compreender melhor, mas para os docentes se tornam ferramentas de aprendizado que ilustra esse período, desse modo chamaria a atenção de todos para que eles fossem se envolvendo, inclusive aquele aluno especial que tem algum tipo de transtorno como: espectro autista – TEA; TDAH; Síndrome de down, ou até dislexia, para RAMOS “Na escola inclusiva, temos de acreditar que a teoria socio-construtiva de fato funciona e que as diferenças entre os sujeitos de um grupo é que promovem o desenvolvimento” (2010, p. 69).

Outra estratégia é fazer dentro do ensino escolar e a atividade interativa, fazendo trabalho em grupo onde os alunos trabalhem juntos para apresentarem uma história. Os envolvidos nessa dinâmica podem usar papel, tinta e outros materiais para criar imagens para o projeto. Esta atividade não ensina história, mas incentiva a cooperação, a colaboração e a criatividade e a troca de ideias entre eles. Uma das metodologias importante dentro do ensino de história e citar exemplos da vida real, mostrando aos alunos que a adversidade não limita as capacidades de uma pessoa.

Pensamos também que rodas de conversas podem ser realizadas para que todos possam expressar seus pensamentos e sentimentos sobre o que estão aprendendo. Desse modo, estamos criando um espaço seguro para expressão e aprendizagem colaborativa, incentivando a discussão aberta e respeitando as diferenças de opinião, dando acessibilidade, fazendo com que todos os recursos sejam acessíveis a todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Isto pode incluir adaptações como

audiolivros, legendas de vídeos ou materiais em Braille, que incentivam a inclusão e o acesso direto à educação.

E a última estratégia é esta em feedback, pois é interessante conversa com os alunos de forma mais descontraída para ouvir a sua opinião, assim os alunos nos dar um retorno sobre o que gostaram em seu aprendizado. Isso nos ajuda a ajustar os métodos de ensino para que todos possam se beneficiar das atividades selecionadas. Ouvir ativamente os alunos ajuda a criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e envolvente.

Enfim, situações como essa de inclusão, irão ajudar a desenvolver o trabalho e ter o um melhor aprendizado no ensino de história com esse material, dessa forma chamamos atenção do aluno para o assunto, despertamos a curiosidade para se integrar mais, se envolve no sentido do despertar do aprendizado de qualidade e efetividade. O interessante é que nós fazemos parte dessa inclusão que envolve a coletividade, ajudando assim no processo de ensino-aprendizado, pois essa função não diferencia um estudante do outro.

4. Considerações Finais

A inclusão de materiais lúdicos, narrativas inclusivas, atividades interativas e exemplos de vida real são estratégias fundamentais para tornar o ensino de História mais acessível e significativo para todos os alunos. Ao promover um ambiente de aprendizado diversificado e colaborativo, os educadores podem estimular a empatia, a compreensão mútua e a valorização das diferentes perspectivas e histórias.

Além disso, garantir a acessibilidade dos materiais e utilizar feedback constante dos alunos são práticas essenciais para adaptar as abordagens pedagógicas às necessidades individuais de cada estudante, especialmente daqueles com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, todos os alunos podem se sentir incluídos e motivados a participar ativamente do processo de aprendizagem.

A implementação dessas estratégias não só enriquece o currículo escolar, mas também contribui para a formação de cidadãos mais críticos, empáticos e conscientes da pluralidade da sociedade. Ao integrar diferentes vozes e relatos históricos, estamos construindo um futuro mais inclusivo e respeitoso para todos. A nossa ideia de implementar essas estratégias, e para mostrar que não é apenas ensina História de uma

maneira envolvente, mas também promove um ambiente inclusivo onde todos os alunos se sentem valorizados e motivados a aprender juntos.

5. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República (PR). Lei nº 12.764/12 Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

_____. Câmara dos Deputados – Brasília. Projeto de Lei (PL) 4731/2012 – estabelece o número máximo de aluno por ensino. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

_____. Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 07 de nov. 2024.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: **Conheça o Histórico da Legislação sobre a Inclusão**. Revista Eletrônica Todos Pela Educação. 04/03/2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em 07 de nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001a.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948)**. Disponível em: . Acesso em: 06 nov. 2024.

SAMPAIO, Cristiane T. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** / Cristiane T. SAMPAIO, Sônia Maria R. Sampaio. - Salvador: EDUFBA, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR/SEDUC. **Projeto Político Pedagógico – (PPP)**. Escola Estadual Professora Santana Filizola (2022).

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva/Rossana Ramos**. 2. Ed. – São Paulo: Sumus, 2010.

Recebido em: 14/ 11/ 2024

Aprovado em: 22/ 11/ 2024